



INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH
CURSO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA

LUIS VALDO MANUEL ANDRÉ

**O ATENDIMENTO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NAS
ESCOLAS DE ENSINO REGULAR NA PROVÍNCIA DE LUANDA (ANGOLA).**

Acarape - CE

2023

LUIS VALDO MANUEL ANDRÉ

**O ATENDIMENTO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NAS
ESCOLAS DE ENSINO REGULAR NA PROVÍNCIA DE LUANDA (ANGOLA).**

Trabalho de Conclusão de Curso TCC em formato de monografia apresentado ao Curso de licenciatura em Sociologia, vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Sociologia.

Orientadora: Dr.^a Geranilde Costa e Silva

Acarape - CE

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

André, Luis Valdo Manuel.

A573a

O atendimento dos alunos com deficiência visual nas escolas de ensino regular na província de Luanda Angola / Luis Valdo Manuel André. - Redenção, 2023.
49f: il.

Monografia - Curso de Sociologia, Instituto De Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Geranilde Costa e Silva.

1. Educação inclusiva. 2. Deficiência visual. 3. Processo de ensino aprendizagem. I. Título

CE/UF/Dsibiuni

CDD 371.904

TERMO DE APROVAÇÃO

LUÍS VALDO MANUEL ANDRÉ

O ATENDIMENTO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR NA PROVÍNCIA DE LUANDA (ANGOLA).

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em formato de monografia do Curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito para à obtenção do grau de licenciado em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Geranilde Costa e Silva (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Profa. Dra. Maria Alda Sousa Alves

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Profa. Esp. Alessandra Saboia Jucá

Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (CE) – UNILAB

Aos meus pais, pois é graças ao seu esforço que hoje posso concluir o meu curso. Sem esquecer a todos que me ajudaram ao longo desta caminhada, professores, colegas de cursos, amigos (as) dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo dom da vida, pela força e saúde durante a realização deste pesquisa. Sou grato aos meus familiares, de modo particular meu pai João Manuel e minha mãe Isabel João, que sempre me deram muito apoio e amor incondicional. Desde muito cedo, meus pais são minha fonte de inspiração, me incentivam e continuam incentivar na minha formação mesmo a distância. Sempre esquecer os meus irmãos José Alcides e Miguel João e minhas irmãs Celma Celeste e Nazaré da Consolação e o meu chará Lusivaldo.

Agradeço a minha orientadora professora Geranilde Costa e Silva por ter aceite o convite de conduzir esta pesquisa deste o Bacharelado Interdisciplinas em Humanidades (BHU) e agora na licenciatura em Sociologia, por sempre estar presente para indicar a direção certa que o trabalho deverá tomar. Certamente seus conselhos, paciência e as suas contribuições foram valiosas para realização da pesquisa.

Também agradeço ao meu irmão Eugénio que sempre me ajudou com a sua vasta experiência desde o início deste projetos de pesquisa. Sem esquecer o Diego José, Elias e Bertony que me acolheram e sempre deram bastante força. Também agradeço aos meus amigos que fiz durante a minha formação de modo especial os colegas da graduação e não só que contribuíram direta e indiretamente.

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar como se dá o atendimento dos alunos com deficiência visual nas escolas de ensino regular na província de Luanda (Angola). Com este trabalho pretendemos trazer uma série de reflexões sobre o atendimento dos alunos com deficiência visual nas escolas de ensino regular no sistema de ensino angolano face a implementação da educação inclusiva e entender como ocorre o processo de ensino aprendizagem desses alunos nas escolas de ensino regular, uma vez que elas não encontram equipadas para o auxílio dos mesmos. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfica, em que foram utilizadas as obras de Lustosa e Luciano (2011); Canjeque (2018); Karimas; Silva; Oliveira (2012); Tchantchalam et al (2019); Arcanjo (2021), que apresentam um respaldo teórico-científico sobre a situação atual da educação especial inclusiva no contexto angolano. Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas e estudo de campo com o diretor e professores da escola Magistério Primário da Marconi nº 3118, localizada na província de Luanda. Os resultados, em suma demonstram o cenário que as escolas carecem de investimentos, falta de recursos pedagógicos adequado que tem estado a condicionar o sucesso do ensino inclusivo nas escolas públicas em Luanda-Angola. Os profissionais da educação afirmam que as políticas pública de ensino inclusivo deve passar pela formação de mais professores, a criação de mais estruturas, aberturas de mais salas e a aquisição de material adequado para garantir bons resultados.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Atendimento; Deficiência Visual; Políticas Curriculares Inclusiva; Processo de Ensino Aprendizagem.

ABSTRACT

The present study aims to analyze how visually impaired students are cared for in regular schools in the province of Luanda (Angola). With this work, we intend to bring a series of reflections on the care of students with visual impairments in regular schools in the Angolan education system, phase of the implementation of inclusive education and understand how the teaching-learning process occurs for these students in regular schools, since they are not equipped to help them. A qualitative, bibliographical research was carried out, using the works of Lustosa and Luciano (2011); Canjeque (2018); Karimas; Silva; Oliveira (2012); Tchantchalam et al (2019); Arcanjo (2021), which present theoretical-scientific support on the current situation of inclusive special education in the Angolan context. To collect data, interviews and a field study were carried out with the director and teachers of the Magistério Primário da Marconi school n. 3118, located in the province of Luanda. The results, in short, demonstrate the scenario that schools lack investment, lack of adequate pedagogical resources that has been conditioning the success of inclusive teaching in public schools in Luanda-Angola. Education professionals state that public policies for inclusive special education must involve training more teachers, creating more structures, opening more rooms and acquiring adequate material to guarantee good results.

Keywords: Inclusive education; Service; Visual impairment; Inclusive Curriculum Policies; Teaching Learning Process.

LISTA DE SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado

DV- Deficiência Visual

EI- Educação Inclusiva

ESP-Bengo- Escola Superior Pedagógica do Bengo

INE- Instituto Nacional de Estatística

INEE- Instituto Nacional de Educação Especial

ISCED- Instituto Superior de Ciência e Educação

MED- Ministério de Educação de Angola

NEE- Necessidades Educativas Especiais

NIADI- Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Diversidade

ONU- Organização das Nações Unidas

TPA- Televisão Pública de Angola

UNILAB- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Imagem frontal da da escola.....	17
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
2. EDUCAÇÃO EM ANGOLA	18
3. EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA EM ANGOLA.....	19
3.1. INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DIFICIÊNCIA VISUAL.....	22
3.3. PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO PARA TRABALHAR COM A DEFICIÊNCIA VISUAL.....	25
4. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
ANEXOS	39
APÊNDICES-REQUERIMENTO PARA A ESCOLA	42

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) em formato de monografia compõe requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Sociologia, tendo seu início no curso de bacharel em humanidade interdisciplinar, que se propõe apresentar uma série de reflexões sobre o atendimento dos alunos com deficiência visual nas escolas de ensino regular na província de Luanda (Angola).

O interesse pela deficiência visual surge pelo fato entre anos de 2015 e 2016, tive um colega com deficiência visual e a forma como ele era tratado suscitou em mim vários questionamentos principalmente sobre o processo de atendimento e formação. Entretanto, o seu maior desafio era se entrosar dentro da sala de aula, pois a sua deficiência era motivo de incompreensão para muitos, assim como era vítima de estigma, preconceito, insulto e exclusão social, e isso influenciou e/ou impediu de forma negativa a sua integração com demais colegas e a escola não ajudava na sua socialização. Assim sendo, a exclusão social, a discriminação e preconceitos de crianças/alunos com deficiência são mais evidentes nas comunidades (bairros), zonas suburbanas e rurais, nas escolas até mesmo no seio familiar. Além disso, a sua deficiência o excluía cada vez mais, tendo em vista que os professores muitas das vezes não sabiam e/ou não possuem metodologias de ensino apropriadas.

Adentrando na temática, apresentaremos uma contextualização do território, de modo a compreender a realidade social estudada. Luanda¹ é capital de Angola, uma de suas 18 províncias², considerada como a menor do país, com uma superfície de 2.418 km² onde se encontra a maior concentração da população angolana. Tem aproximadamente 9.079.811 de acordo o Instituto Nacional de Estatística³ (2022). Essa região é localizada ao norte de Angola, limitada pela província do Bengo e a oeste, pelo oceano Atlântico.

O atendimento dos alunos com deficiência nas escolas de ensino regular em Luanda acontece em condições desfavoráveis no diz respeito a qualidade do ensino, ou

¹ A província de Luanda atualmente está dividida administrativamente por nove (9) municípios, a saber: Luanda, Cazenga, Viana, Cacuaco, Belas, Icolo e Ben-go, Kissama, Talatona e Ki-lamba Kiaxi. A capital Luanda é o principal centro financeiro, comercial e econômico de Angola, nela estão as principais empresas do país, como a Endiama, Sonangol, Banco Nacional. No campo industrial, Luanda tem a transformação como uma das principais actividades, que inclui alimentos processados, bebidas, têxteis, cimento, materiais de construção, produtos plásticos e metais e também possui um excelente porto natural, de onde exporta diversos produtos.

² Província refere-se estado no contexto brasileiro.

³ Fonte: <https://luanda.gov.ao/ao/>

seja, verifica-se ausência de recursos e materiais didáticos de atendimento especializado, falta de condições infraestruturais, falta de formação específica na área de atuação e formação contínua para os docentes. Segundo Lustosa e Luciano (2011, p. 3), ressaltam que “esta situação é também resultante da ausência e/ou indisponibilidade financeira para sustentar os encargos que tais modalidades de serviço exigem ao país, além da não sensibilidade do poder público e da sociedade, em geral, para sua viabilização”. Entretanto, é evidente o pouco nível dos investimentos, equipamentos sociais ligados a saúde nas escolas para ao atendimento desses alunos.

Todavia, nas Escolas Especiais ou centros especializados o cenário é completamente parecido. Em uma reportagem apresentada pela Televisão Pública de Angola (TPA, 2019), durante programa Na Lente⁴ a sub diretora pedagógica do Complexo Escolar nº 1.173 Ensino Especial⁵ assim como o Departamento Pedagógico do Lar de Infância Kuzola⁶ alegam falta de materiais didáticos, equipamentos assim como falta de professores qualificados para atendimento e escolarização dos alunos com necessidades educativas especiais.

Assim, os desafios da educação inclusiva em Luanda são enormes. De acordos com os autores Lustosa e Luciano (2011, p. 2), afirmam que “a educação inclusiva é sediada, portanto, em uma nova lógica e uma outra ética que cumpre à plena participação de todos os alunos”. Entretanto, a educação inclusiva fundamenta que todas as crianças, jovens e adultos têm o direito à educação de qualidade que satisfaçam às suas necessidades básicas de aprendizagem.

A inclusão social é um estratégia que tem como finalidade reduzir a discriminação e marginalização de pessoas com deficiência. De acordo com aos autores Tchantchalam et al, (2019), ser criança ou aluno em Angola acaba sendo mais difícil principalmente para aquelas com deficiência, que apresentam transtorno cognitivo, dificuldades motoras, comportamental e física são motivo de incompreensão, estigma, e

⁴ Na lente é um programa onde é apresentado reportagem de diversos assuntos da política e educação. As crianças especiais. Reportagem, Luanda: TPA. Disponível <<https://www.youtube.com/watch?v=J4MSaydUPyg&t=2094s>>. Acessado 24/11/2021

⁵ É uma instituição de ensino especial que recebe alunos/crianças com Síndrome de Down e surdez, cuja o principal objetivo é instruir os alunos com deficiência auditiva, visual e intelectual e o desenvolvimento cognitivo e socioemocional.

⁶ Centro de acolhimento e a assistência à crianças/alunos desfavorecidas e também aqueles que apresentam algum tipo de deficiência. Este centro recebe crianças/alunos de diferentes áreas, sendo que são agrupadas por faixas etárias, à sua idade e por níveis de escolaridade.

exclusão social, pois as mesmas precisam de um atendimento especializado e programas educativos necessários para à sua socialização e inclusão escolar.

Sobre esta questão Nogueira (2019) nos informa:

a garantia da política pública inclusiva é fundamental para desmistificar os equívocos educacionais, daí uma necessidade de rever os princípios educativos e refletir sobre essa importante questão para que a escola avance na inclusão do estudante deficiente. (NOGUEIRA, 2019, p. 20)

Deste modo, percebe-se que a garantia de políticas inclusivas é de caráter fundamental ao ensino, tendo em vista que elas surgem para minimizar os preconceitos e garantir que todos se sintam parte de um grupo. Por outro lado, as políticas públicas são urgente para a inclusão dos alunos com deficiência. Ademais ser estudante com deficiência é apenas uma particularidade e é na diferença que reside o encanto em sociedade. Deste modo, torna-se necessário mencionar o papel da escola e a família na socialização e educação dos indivíduos bem como sua participação no ambiente escolar neste cenário.

Entretanto, os alunos com deficiência são postos em salas comuns no intuito de se adaptarem à realidade educativa normativa, de convívio social independentemente das suas deficiências. Não obstante, a Lei de Base do sistema de ensino angolano no seu artigo 44º, alínea e, f apresenta os objetivos específicos da educação especial: “e)proporcionar uma adequada formação pré-profissional e profissional visando a integração na vida ativa; f) criar condições para o atendimento dos alunos[...]”.

Apesar disso, educação inclusiva em Luanda ainda não acontece de forma que envolva todos, isso porque alguns alunos com deficiência frequentam escolas ou centros especializados conforme ilustram Lustosa e Luciano (2011, p. 2), “a educação Especial em Angola ainda está organizada de forma segregativa, ou seja, os alunos com os alunos com deficiência frequentam as Escolas Especiais e os aparatos de serviços dos Centros de Atendimentos Clínico-Especializados”.

Não obstante em alguns casos, como é verificado em províncias mais distantes, em que não se tem a Escola Especial, a escolarização desses alunos dá-se na prática da “lógica integrativa”, com a figuração da “Classe Especial” em escola comum”. Dessa forma, o processo de escolarização das crianças com deficiência visual acontece de forma parcial, ou seja, alguns frequentam escolas equipadas e outros em condições desfavoráveis. Tal realidade é muito frequente em zonas rurais (bairros), em que pais não

têm condições de colocar os filhos em escolas especiais. Assim sendo, os alunos com necessidades educativas são cada vez mais afetados no ensino em Angola, isto porque as dificuldades são muitas e atingem vários níveis. Muitos alunos com deficiência visual nas escolas sofrem com a falta de materiais para seus estudos tais como: máquinas de braile e de papel, pois existe um papel especificamente para o uso numa máquina de braile.

Assim, o objeto em estudo, surge por motivações pessoais que ao longo da minha vida acadêmica, pude observar/verificar nas escolas/salas de aulas ausência de equipamento de atendimento especializado e recursos didáticos para o auxílio dos alunos com deficiência. Portanto, a ausência de tais equipamentos nas salas de aulas deixava de proporcionar uma educação de qualidade/ou dificultava o processo de ensino aprendizagem, pois a sala de aula não proporcionava ao estudante um lugar de “entusiasmo”, sobre esta questão Silva e Oliveira (2012), afirmam:

[...] é necessário que o ambiente em que ele esteja inserido seja estimulador, que lhe ofereça condições favoráveis para a sua aprendizagem. Pois, esses alunos devem ser tratados da mesma forma que os outros colegas são tratados, respeitando assim o direito de uma escola de qualidade para todos (SILVA; OLIVEIRA, 2012, p. 4).

Entretando, a minha inserção na Unilab pude perceber a partir das ações desenvolvidas pelo Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Diversidade (NIADI) cuja finalidade é acompanhar e orientar os estudantes com deficiência ou dificuldade de aprendizagem no ambiente universitário. A partir desse momento nasceu a ideia de trabalhar com esta temática, tendo em vista que a realidade angolana é totalmente contrária, não há um acompanhamento ou programa de assistência estudantil para os alunos com algum tipo de deficiência. O recorte acerca do tema sobre atendimento de alunos com deficiência visual no contexto angolano fundamenta-se pela necessidade de compreender se as escolas de ensino regular ou ditas inclusivas estão devidamente preparadas para atender todos os alunos mediante as suas particularidades individuais e se existe políticas curriculares inclusivas, tendo vista os desafios que os alunos enfrentam são enormes.

Porém, a relevância deste estudo, justifica-se pelo fato de assistimos atualmente a violação dos direitos das crianças principalmente com Necessidades Educativas Especiais (NEE) que possuem um transtorno motor, cognitivo e comportamental, como salienta Canjeque (2018):

As crianças com necessidades educativas especiais são muitas vezes vítimas de “usurpação”, dos seus direitos a nível das instituições, da comunidade e muitas vezes por desatenção e negligência de certos governos. A inclusão social, a educação, instrução e inclusão social escolar destas crianças no sistema regular de ensino, tem sido há muitos anos, motivos de árduos debates, porquanto, existem vários posicionamentos ideológicos (CANJEQUE, 2018, p. 1).

Neste sentido, é imprescindível o ensino, a inclusão social e a educação inclusiva, pois pode vir a acabar com a segregação, o estigma para com as pessoas com deficiência, satisfazendo as suas necessidades no âmbito escolar. Assim sendo, na década de 1990, o governo angolano aderiu aos princípios da Declaração de Salamanca (1994), segundo a qual, toda criança tem direito à educação, de modo que Canjeque (2018) salienta:

É com a Declaração de Salamanca (1994) que o conceito de NEE veio tomar uma outra abrangência, posto que este documento surgiu como uma “carta magna” para a adoção de um novo paradigma conceptual sobre as crianças com deficiência. Esta declaração vem redefinir o conceito de NEE ao definir “a expressão «necessidades educativas especiais» refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares. Muitas crianças apresentam dificuldades escolares e, conseqüentemente, têm necessidades educativas especiais, em determinado momento da sua escolaridade” (Bidem, 2018 p. 6).

Entendemos que a resolução desta conferência definiram princípios e leis que salvaguardam as pessoas com deficiência partindo do princípio que todos somos iguais e que todos devem a oportunidade de frequentar a escola no intuito de uma qualidade de ensino para todos.

No âmbito académico espera-se com este trabalho possa servir de referências de futuros pesquisadores nacionais e internacionais, incentivar produção académica voltadas para essa área de conhecimento. Vale realçar que existe publicações consideráveis que abordam a educação inclusiva em Angola, porém se diferenciando do contexto em análise. Nesta perspectiva, percebe-se que os estudos publicados, os autores preocupam-se pela integração das pessoas com deficiência no sistema educativo. Desse forma, os estudos publicados propõe um modelo educativo funcional que integra as crianças com deficiência em escolas regulares.

Como sabe-se, durante muito tempo Angola esteve sob o jugo colonial português, posteriormente viveu um período de guerra para a libertação nacional e a guerra fria que começou em 1975 tendo terminado em 2002 com os acordos de paz. Segundo os autores Silva; Silva (2015, p. 242), “estes períodos de conflito deixaram marcas no país,

nomeadamente no sistema de educação”. Tais consequências é possível verificar tais marcas nos dias atuais no sistema educativo angolano, sobretudo voltadas às políticas de atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais.

Diante do exposto, a guerra trouxe consequência desastrosas nomeadamente no sistema educativo angolano conforme explica a autora Tchingondundu (2015),

[...] o governo angolano, para além das pessoas com necessidades educativas no geral, viu-se confrontado com um elevado número de crianças e jovens deficientes fruto da guerra civil. Com o fim do conflito foi essencial criar condições para o retorno das crianças e jovens à escola uma vez que estas constituem um dos mais vulneráveis grupos em Angola, por não frequentar a escola devido ao problema chamada “as crianças soldados” “que lutavam na guerra civil de Angola (TCHINGONDUNDU, 2015, p. 13).

A autora ainda acrescenta Segundo o relatório denominado “Princesa Diana! Presente em Angola no campo da Desminagem 1995”, 30 % da população angolana tem deficiência devido a situação acima referida” TCHINGONDUNDU 2015, p. 13). Entretanto, apesar disso, o país vive um processo de reconstrução nacional marcada pela guerra, pela crise econômica e pela pobreza que aflige a maioria da população em zonas menos desenvolvidas.

O foco do nosso trabalho fundamenta-se na necessidade de compreender o atendimento/processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência visual nas escolas (salas de aulas) de ensino regular, tendo em vista os desafios que muitas enfrentam são enormes como falta de materiais modernos e sofisticados para facilitar o processo de ensino-aprendizagem por parte dos alunos.

E diante destas preocupações, questionamo-nos como se dá o atendimento dos alunos com deficiência visual nas escolas de ensino regular na província de Luanda-Angola? Quais as ações que a escola desenvolve para o atendimento de alunos com deficiência visual? Quais são os encaminhamentos que a escola faz quando chega um aluno com deficiência visual? Quais são as políticas inclusivas impostas nas escolas que facilita o processo de ensino aprendizagem para atendimento de alunos com deficiência visual? Quais são os mecanismos pedagógicos para se trabalhar com as deficiência visual nas salas de aulas regulares? Assim sendo, o nosso estudo tem como objetivo geral analisar como se dá o atendimento dos alunos com deficiência visual nas escolas de ensino regular na província de Luanda (Angola).

Como objetivo específico identificar as políticas inclusivas e metodologias realizadas nas escolas de ensino regulares para atender os alunos com deficiência visual na província de Luanda-Angola; Analisar se as políticas inclusivas e metodologias realizadas nas escolas de ensino regulares promovem o ensino para o atendimento dos alunos com deficiência visual na província de Luanda-Angola; Sugerir medidas que visam ampliar as políticas inclusivas e metodologias implementadas nas escolas de ensino regulares para atendimento dos alunos com deficiência visual na província de Luanda-Angola.

O método é parte essencial no processo da realização de uma pesquisa científica a fim de conhecer o corpus de estudo bem como alcançar os objetivos que se pretende para o mesmo. Assim sendo, é por meio da metodologia que o pesquisador terá um contato direto com o objeto, ou seja, o objeto dá direção na pesquisa, o objeto fala a partir das interações que o pesquisador vai ter no campo (método). Por tanto, para dar corpo ao trabalho, fizemos uma pesquisa de natureza qualitativa que nos permitiu obter informações sem ter o contato físico com objeto de estudo.

Tendo em conta a natureza e a diversidade da pesquisa, coletamos os dados por intermédio de documentos, entrevistas e estudo de campo. Também utilizamos os instrumentos da pesquisa bibliográfica e documental.

Na pesquisa bibliográfica nos forneceu informações a partir material já publicado, constituído principalmente de livros e artigos, dissertação e teses etc a partir dos estudos de de Lustosa e Luciano (2011), que descrevem sobre os desafios que a educação inclusiva enfrenta desde a sua legislação e efetivação, também aborda questões da situação atual da educação especial em Angola; Neto, et al (2018), abordam acerca das dimânicas e mudanças significativas no sistema educacional face a inclusão bem como chama atenção para com a responsabilidade da sociedade geral e dos profissionais escolares;

Tchantchalam et al (2019) apresentam contributos satisfatório de como o governo elaborou um “plano estratégico de desenvolvimento” para reduzir as deficiências do ensino. Este documento contem análise da situação, objetivos estratégicos, estratégias de intervenção, atividades a desenvolver, custos e financiamento, gestão, monitorização e avaliação;

Silva e Oliveira (2012) abordam a inclusão escolar de alunos com deficiência visual. As autoras chamam atenção da necessidade da escola estar bem preparada para receber e atender estes estudantes a fim de ajudá-los no processo de aprendizagem.

Assim sendo, a partir dos estudos realizado Arcanjo (2021), que obtivemos um respaldo teórico-científico sobre a situação atual da educação inclusiva no contexto angolano na província do Kwanza sul.

A pesquisa bibliográfica foi de grande importância para a construção desta pesquisa, pois nos permitiu uma leitura ampliada da temática em Angola.

Já a pesquisa documental nos forneceu informações credíveis que estão disponíveis no site do Ministério da Educação e outras fontes secundárias, como a Lei de Bases do Sistema de Ensino angolano. Esse tipo de procedimento nos permitiu recolher informações pertinentes sobre a educação inclusiva no contexto angolano. Tendo em conta as poucas referências bibliográficas que aborda a temática em questão a pesquisa documental foi essencial bem como utilizou documentos escritos e impressos como vídeos, jornais, fotografia etc.

Posteriormente nos atentamos em realizar um estudo de caso tendo como lócus uma unidade escolar em que realizamos entrevistas semiestrutura para melhor compreensão da realidade escolar desses alunos.

Assim sendo, a referida pesquisa foi desenvolvida no âmbito da Escola Magistério Primário da Marconi nº 3118, que localiza-se no município do Cazenga/Hoji Ya Henda na província de Luanda-Angola. A escola Magistério Primário da Marconi nº 3118 é uma instituição pública de Ensino Médio de formação de professores que conta com os seguintes cursos Ensino Primário; História e Geografia; Biologia e Química; Matemática e Física. É uma instituição profissional.

Sobre o espaço físico, a escola conta com:

12 salas de aula convencionais;

1 secretária;

1 Sala dos professores (as);

1 Sala do diretor;

1 Biblioteca;

1 Laboratório;

1 sala de informática;

1 Auditório;

1 Quadra de futebol etc.

Figura 1. Imagem frontal da escola



Fonte: Facebook: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100068607222376>

Hoje em dia, a escola conta com 3 diretores, com 64 professores e com 928 alunos entre eles, estudantes da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. O acompanhamento desses alunos acontece na escola. Por intermédio da distância que me impossibilitou estar em Angola, entrevista realizou-se com auxílio dos meus familiares, que estiveram na escola acompanhando os participantes da escola acima referida a responderem o questionário. Por meio da entrevista que realizamos com o coordenador pedagógico da escola perguntamos:

- *A escola tem registrado a matrícula de aluno com algum tipo de deficiência nos últimos 5 anos?* Resposta: “- *Sim.*”

- *Quais os encaminhamentos que a escola faz quando chega um aluno com deficiência?*

Resposta: *Tratamento interno e integral.*

- *A escola faz adaptação curricular quando chega um aluno com deficiência?*

Resposta: “-*Não.*”

Quantos alunos com deficiência foram matriculados nesta escola durante o período 2015 até 2023?

Resposta: “-*12 com deficiência, de 2021-2023, sendo 9 visuais e 3 surdos.*”. O mesmo ainda se manifestou dizendo: “-*Espero o projeto inclusivo, que os alunos deficientes têm o mesmo tratamento, mas com uma sala multifuncional que irá funcionar nos próximos anos.*”

Com base nisso, percebemos que a escola tem como compromisso viver para servir quanto à formação dos seus alunos em oferecer uma educação de qualidade e sejam sujeitos proativos e cooperativos em nossa sociedade.

O primeiro momento consistiu numa discussão sobre a educação em Angola trazendo subsídios do estado atual da mesma, posteriormente a educação especial inclusiva em Angola, destacando as suas particularidades, afim de compreendermos a situação desta modalidade de ensino que se configurou antes e pós independência. Assim sendo, essa abordagem nos fornecerá um respaldo teórico-científico para compreender a educação inclusiva em Angola, na província de Luanda.

Em seguida, abordaremos sobre inclusão escolar de alunos com deficiência visual onde destacaremos os pressupostos desta modalidade de ensino, ou seja, a inclusão escolar traz consigo uma mudança de paradigma como: adaptação curricular, estruturas das escolas, formação contínua do corpo docente e políticas públicas inclusivas de acompanhamentos dos alunos (crianças). Por sua vez, no último momento será analisado o processo de escolarização para trabalhar com crianças com deficiência visual destacando os mecanismo pedagógico ao atendimento das escolas, ou seja, identificando se as escolas estão devidamente preparadas, portando os materiais didáticos ligados a saúde para as crianças/alunos com NEE.

2 EDUCAÇÃO EM ANGOLA

A educação em Angola tem atravessado momentos pautados por avanços e retrocessos de política educativa que condicionaram sua evolução positiva bem como sua afirmação no cenário internacional e até mesmo regional.

A educação constitui um processo que visa preparar o indivíduo para as exigências da vida política, econômica e social. Porém, a educação em Angola ofertada pela rede pública acarreta uma série de debilidades no que diz respeito à sua qualidade de ensino. Vale mencionar essas debilidades⁷ que vem desde o período colonial. Para Zau (2021), a educação angolana vive uma crise que nunca conseguimos superar desde a independência. O sistema educativo angolano enfrenta ainda diversas dificuldades que limitam não só seu desempenho, mas, sobretudo, sua valorização.

⁷ Em 1986, foi efectuado pelo Ministério da Educação um diagnóstico do Sistema de Educação que permitiu fazer um levantamento auscultação das debilidades e necessidades do sistema. Nesse diagnostico constatou-se algumas deficiências no ensino angolano

Assim como afirma o investigador e professor Filipe Zau (2021) durante um programa concedido na TPA a “Grande Entrevista”⁸ fazendo uma análise sobre a educação e ensino em Angola. Para (Zau 2021) o problema da educação começa a residir em 03 (três) vertentes a partir das perspectivas macro-sociológicas, meso-sociológicas e micro-sociológicas.

Portanto, em um nível macro sociológico há deficiências nas questões das políticas educativas e da resposta à procura de estudante para o ensino. A política educativa angolana preconiza o acesso universal à escola e o Ministério da Educação tem desenvolvido esforços para expandir a rede escolar. Apesar disso, é possível verificar no país jovens e crianças fora do sistema de ensino. Tal feito acarreta outros problemas sociais como a elevação da taxa de analfabetismo. Outrem, o meio rural tem ficado desfavorecido devido à escassez de investimento social e infraestrutural.

Em nível meso-sociológicas são analisadas as questões organizacionais. Para Zau (2021) chama atenção sobre a multiculturalidade que existe no país. Daí que é impossível termos um currículo universal em todo território. Portanto, acabamos tendo problemas maiores porque não há adaptação dos currículos de carácter regional que dão resposta dos problemas específicos. E em nível micro- sociológicos são analisados o aluno e o professor. Assim sendo, o sistema de ensino angolano possui uma série de problemas. O professor Filipe Zau (2021), chama atenção que é preciso se fazer um novo diagnóstico da situação atual que leva em conta o professor, alunos, a estrutura curricular e todos os componentes do processo de ensino e aprendizagem. Por outro lado, é preciso colocar todos esses problemas na agenda política sendo esta a única forma que temos de concorrer mais tarde para o progresso económico e social do país.

Deste modo, a educação de qualidade é um direito de todos, e para sua realização é necessário que o Ministerio da Educação e os órgãos tutelares analisem as políticas públicas que favoreçam a qualificação do ensino. Entretanto, a melhoria da qualidade de ensino pressupõem uma estratégia do governo resolver a situação através da adopção de vários programas como a Formação e Capacitação de Quadros, da Reforma Educativa, da Melhoria de Qualidade de Ensino, da Alfabetização, da Formação e Habitação Profissional, do Apetrechamento das escolas etc.

⁸ Educação e Ensino em Angola. Grande entrevista, Luanda: Televisão Pública de Angola. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=683X8zaEehc&t=151s>>. Acessado em: 07/12/2021.

3 EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA EM ANGOLA

Angola se constitui como uma reigão multiétnica, pois a sua população é composta por indivíduos de diferentes culturas e etnia oriunda de outras províncias do país. Todavia, apesar dessa diversidade étnica, o país deseja construir uma sociedade mais inclusiva baseada na igualdade de direitos. Deste modo, para que haja a construção de uma sociedade igualitária é preciso que se invista numa educação inclusiva que proporcione os mesmos direitos para cada cidadão de acordo as suas particularidades individuais.

A modalidade de ensino especial em Angola sempre foi de grande preocupação por parte do governo, desde a independência. Porém a sua efetivação não tem sido um trabalho fácil desde o período da independência, conforme pode se ler:

Poucos anos depois da proclamação da independência, o governo angolano através do Circular nº 56/79 do Ministério da Educação, tutelado por António Jacinto do Amaral Martins empenharam-se na criação das condições mínimas para institucionalização da modalidade de Ensino da Educação Especial (TCHANTCHALAM ET AL 2019, p. 1e 2).

Todavia, apesar dos esforço do governo angolano com a institucionalização do ensino especial e criação das leis para pessoas com deficiência física, motora e cognitiva é mais desafiante devido aos preconceitos, estigmas e vários problemas, dificuldades, carências e insuficiências ainda existentes. Por outro lado, como fizemos menção anteriormente essas pessoas são motivo de incompreensão e a elas, muitas das vezes são negadas o seu direito a educação. Desde modo, o governo angolano tem feito um trabalho árduo com outros países de modo a garantir e salvarguardar os direitos da criança conforme ilustram os autores:

A partir da década de 1990, como aconteceu em diferentes contextos, países como Angola, Brasil e Moçambique, iniciam a implementação de políticas inclusivas destinadas à Educação Especial, tendo por base, pressupostos internacionais de defesa dos direitos educacionais dos deficientes, previstos na Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), elaborada na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, promovida pelas agências multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial (CHAMBAL; RAFANTE & SELINGARDI, 2015 p. 8).

Já Lustosa e Luciano (2011) explicitam nos seguintes termos,

[...] Angola, tem contado com intercambio de outros países como parceiros, em acordos internacionais, sob a forma de troca de experiências e formações sistemáticas, bem como decisões e iniciativas locais, ainda que de pequenas repercussões sociais e educacionais (LUSTOSA; LUCIANO, 2011, p. 2).

Assim sendo, a parceria de Angola com esses países tem sido de grande ajuda na sistematização de políticas públicas inclusivas bem como na interiorização do ensino especial inclusivo em todo território nacional.

Desde modo, os avanços da modalidade de ensino especial inclusivo é imprescindível para a construção de uma sociedade baseada na igualdade e respeito à pessoa humana. Assim sendo, o governo angolano por meio do Ministério da Educação se propõem na consolidação de uma educação inclusiva em todo território, conforme ilustram os autores:

[...] o Ministério de Educação de Angola (MED), tem como compromisso, imposto em grande medida, pelas exigências atuais de organismos e agências internacionais, impulsionar a transformação de seu sistema educacional para que consolide a educação inclusiva (nas 18 províncias de seu país), prevendo que todos os alunos possam participar e se beneficiar, com sucesso, dos espaços e processos comuns de ensino e de aprendizagem. Angola, se depara, portanto, com a urgência de consolidar a política educacional de inclusão, tornando a escola aberta a todos, livre de discriminação, lançando as bases de uma educação fundamentada no respeito, solidariedade e na atenção às diferenças dos sujeitos (LUSTOSA & LUCIANO 2011, p.1).

O governo angolano, em resposta aos desafios enfrentados nesta modalidade de ensino referente às políticas de inclusão social para as pessoas com algum tipo de deficiência, conforme os autores Tchantchalam et al (2019) elaborou

(...) um plano denominado “O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial”, que é um instrumento baseado na promoção de políticas de ações prioritárias, criando mecanismos que permitem o rápido desenvolvimento da Educação Especial. O documento possui os capítulos nomeadamente: antecedentes, contexto, análise da situação, objetivos estratégicos, estratégias de intervenção, atividades a desenvolver, custos e financiamento, gestão, monitorização e avaliação (TCHANTCHALAM et al. 2019, p. 2).

Todavia, “O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial”, permite maior controle das políticas de ações prioritárias para os alunos com NEE com a finalidade de inclusão permitindo que estejamos no mesmo lugar. E assim, tornando a sala de aula um lugar harmonioso, de “entusiasmo” e de aprendizados a todos. De acordo com Lustosa & Luciano (2011):

a inclusão de alunos com deficiência no sistema comum de ensino é a meta que Angola pretende alcançar e esse pressuposto exige o redimensionamento do modelo educativo até então adotado - hoje compreendido como segregativo-, e se lançar em busca da (re)organização para a inclusão. (LUSTOSA; LUCIANO, 2011, p.1).

A construção de uma educação inclusiva pressupõe a (re)adaptação do quadro docente bem como a qualificação dos mesmos e estruturas das escolas isso porque

a inclusão escolar plena não é uma tarefa fácil, pois é necessária uma estruturação progressiva e uma mudança significativa no sistema educacional e na concepção de inclusão por parte da sociedade em geral e, principalmente, dos profissionais escolares (NETO, et al. 2018, p.81).

Ainda de acordo com o mesmo autor:

a educação inclusiva traz consigo uma mudança dos valores da educação tradicional, o que implica desenvolver novas políticas e reestruturação da educação. Para isso, é necessária uma transformação do sistema educacional, ainda exclusivo, direcionado para receber crianças dentro de um padrão de normalidade estabelecido historicamente. (NETO et al. 2018, p. 82).

Ainda de acordo com Lustosa & Luciano (2011), essa modalidade de educação enfrenta enormes desafios de ordem cultural e material, mas os esforços que têm vindo a imprimir demonstra o compromisso por parte das instituições educativas no melhoramento e funcionamento da mesma. Assim sendo, o compromisso com esta modalidade de ensino é desafiador, sendo necessário que todos nós nos sintamos parte integrante.

3.1 INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Falar da educação inclusiva ou inclusão escolar de pessoas com deficiência no ensino é um debate muito importante no âmbito social e educacional diante dos vários desafios que a escola passa para a concretização ao direito à educação aos alunos com NEE tendo em conta as mudanças significativas que ela traz. Para Silva e Oliveira (2012, p.3) “a inclusão de alunos com Deficiência Visual (DV) na rede pública de ensino tem sido questão de discussão entre muitos professores, pois em geral, estes dizem que não receberam em seus currículos de formação, preparo adequado para trabalhar com estes

alunos”. Entretanto a inclusão de estudantes no ensino regular é necessária, mas não é fácil.

Desde modo, a inclusão pressupõe a criação de políticas públicas inclusivas, estruturação das escolas, (re)adaptação do currículos que atendem às particularidades individuais, equipamentos específicos e a formação dos agentes educativos conforme ilustram os autores Lustosa & Luciano (2011):

As últimas décadas deste século foram marcadas pelo debate mundial acerca da inclusão de alunos com deficiência no sistema comum de ensino, estabelecendo o componente fundamental da universalização do acesso de todos à educação. A inclusão de alunos com deficiência no sistema comum de ensino é a meta que Angola pretende alcançar e esse pressuposto exige o redimensionamento do modelo educativo até então adotado - hoje compreendido como segregativo-, e se lançar em busca da (re)organização para a inclusão (LUSTOSA; LUCIANO 2011, p.1).

Tal como nos mostram Silva e Oliveira (2012, p. 2):

(...) para que a inclusão se efetive, é necessário que ocorra algumas mudanças tanto na parte da infra-estrutura, quanto pedagógica, pois as crianças especiais não necessitam apenas de um espaço adequado, mas também de recursos pedagógicos específicos e professores qualificados[...].

Desse modo, as autoras entendem a inclusão como sendo:

A inclusão de pessoas com NEE no sistema público de ensino implica em uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a uma revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais no intuito de possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando assim, as suas diferenças e atendendo às suas necessidades (SILVA; OLIVEIRA, 2012, p. 3).

Assim sendo, a inclusão escolar de pessoas com deficiência necessitam de um sistema educacional funcional com um programa educativo especializado bem como a escola precisa estar preparado para receber e ajudar os estudantes no processo de socialização e aprendizado. Entretanto, a inclusão quer adaptação dos recursos que possibilitam o atendimento de forma especializada que respeita as particularidades e necessidades individuais de cada aluno.

Tais ideias são também compartilhadas por Neto et al. (2018), que afirmam que

a inclusão escolar perpassa pelas várias dimensões humanas, sociais e políticas, e vem gradualmente se expandindo na sociedade contemporânea, de forma a auxiliar no desenvolvimento das pessoas em geral, de maneira a contribuir para a reestruturação de práticas e ações cada vez mais inclusivas e sem preconceitos. (NETO, et al. 2018, p. 89)

Nesta perspectiva, por inclusão escolar entende-se como outra maneira de se fazer educação sem segregação e preconceito.

Ainda segundo os citados autores, se pode ler:

O conceito de Inclusão no âmbito específico da Educação implica, antes de mais, rejeitar por princípio a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, a escola que pretende seguir uma política de Educação Inclusiva (EI), desenvolver políticas, culturas e práticas que valorizam o contributo activo de cada aluno para a construção de um conhecimento construído e partilhado e, dessa forma, atingir a qualidade académica e sociocultural sem discriminação. (RODRIGUES, 2006, p. 2 APUD NETO, et al. 2018, p. 89).

Assim sendo, para além de políticas públicas bem como a preparação da escola a formação dos professores constitui um componente fundamental para a inclusão escolar de pessoas com necessidades educativas especiais (deficiência visual). Todavia, para Silva e Oliveira (2012, p. 2) “[...] o trabalho para a inclusão de alunos com necessidade educacionais em salas regulares necessita ainda de grandes avanços, tanto na questão física da escola quanto na parte que se refere às práticas pedagógicas, à formação inicial e continuada dos professores para atuarem com estas crianças”.

Não obstante segundo Lustosa e Luciano (2011, p. 7), afirmam que “a formação dos educadores para atender a educação especial constitui uma das preocupações do MED de Angola, nos últimos anos”. Apesar disso, o⁹ Instituto Nacional de Educação Especial (INEE) de Angola indicou hoje que existe perto de 30.000 crianças no país, entre cegas, e mudas, têm necessidades educativas especiais, apontando também "carências de especialistas" na área, de modo que a falta de especialista para o ensino especial no país foi também apontada pelo diretor-geral do INEE, referindo que a maior parte dos docente que leciona crianças com necessidades educativa especiais não tem formação no ramo”.

Atualmente não tem uma área propriamente dita para a formação em Necessidades Educativas Especiais (NEE) existindo como iniciativas as políticas inclusivas em alguns cursos do Instituto Superior de Ciência e Educação (ISCED) e a Escola Superior Pedagógica do Bengo (ESP-Bengo), sobretudo Psicologia, Pedagogia, Português e Instrução Primário.

Nesses cursos, há a oferta de disciplinas que tratam das Dificuldade de Aprendizagem, Necessidades Educativa Especial, Psicologia e Defectologia com a

⁹Diário de notícias: Angola tem acerca de 30.000 crianças com necessiddades educativas especiais. Luanda, 30 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/angola-tem-cerca-de-30000-criancas-com-necessidades-educativas-especiais-10958831.html>. Acessado: 10/02/2022

finalidade de instruir e preparar os formandos (futuros professores) na lida com pessoas com NEE bem como entender os porque dos diversos problemas que podem influenciar no processo de ensino e aprendizagem dos mesmos. Assim sendo, conhecer a realidade sobre NEEs, essas disciplinas têm uma particularidade, se podemos chamar de prática, de ir às escolas, visitas ao Hospital Psiquiátrico, concretamente na ala das crianças.

Entretanto, a formação é bastante importante para que o docente consiga realizar da sua tarefa enquanto profissional da educação. Hoje o professor é um profissional que tem a responsabilidade de transmitir e possuir conhecimentos sólidos, sistemáticos e científico da educação com a finalidade de garantir um aprendizado de qualidade para os seus alunos.

3.3- PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO PARA TRABALHAR COM A DEFICIÊNCIA VISUAL

A deficiência visual ocorre quando há a perda definitiva, total ou parcial, da visão. Entretanto, a deficiência visual é uma condição irreversível que causa limitação funcional de um ou de ambos os olhos ou outro componente do sistema da visão. Sendo que, dependendo do grau de deficiência visual, atividades comuns do dia a dia, como dirigir e assistir televisão, por exemplo, podem ser comprometidas ou impraticáveis

As pessoas com deficiência visual visualizam o mundo que o rodeia por meio imagens, signos, som, tato e etc. Para os autores “[...] as crianças com deficiência visual utilizam do tato como meio de comunicação” (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007 apud SILVA E OLIVEIRA, 2012, p. 4). Desde modo, o tato desempenha uma função essencial nas crianças/alunos com cegueira e baixa visão, pois fornece informações bem como explorar o ambiente que a rodeia.

De acordo com Dardes (2010):

É por meio da percepção tátil que a criança com deficiência visual percebe e interpreta a sua realidade. Portanto, o uso do tato como mecanismo de contato com o mundo, se faz necessário muito treino e ensino, pois as informações percebidas são menos refinadas do que a visão. A evolução dessa percepção sensorial contribui para desenvolver habilidades e avanço no desenvolvimento cognitivo (DARDES, 2010, p. 2 – 3)

Segundo Silva e Oliveira (2012), o papel do professor é imprescindível como “mediador” no processo formativo dessas crianças/alunos contribuindo para o seu

desenvolvimento intelectual e social. Assim sendo, o tato não é o único elemento, pois para Vigotsky (2007) citado por Silva e Oliveira (2012):

A criança começa a perceber o mundo não somente através dos olhos, mas também através da fala. Como resultado, o imediatismo da percepção “natural” é suplantado por um processo complexo de mediação; a fala como tal torna-se parte essencial do desenvolvimento cognitivo da criança. (VIGOTSKYI, 2007, p. 23 Apud SILVA; OLIVEIRA, 2012, p. 5)

Todavia, segundo Dardes (2010, p. 2) em um livro elaborado pelo Prof^a Marilda Moraes Garcia Bruno (2006) afirma que “as crianças que muitos denominam como deficientes visuais são as crianças cegas e com baixa visão”. Neste livro elaborado pelo Prof^a Marilda Moraes Garcia Bruno (2006), Dardes (2010) acrescenta que:

A definição educacional diz que são cegas as crianças que não têm visão suficiente para aprender a ler em tinta e necessitam, portanto, utilizar outros sentidos (tátil, auditivo, olfativo, gustativo e cinestésico) no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. O acesso à leitura e escrita dar-se-á pelo sistema braile. Entre estas crianças, há as que não podem ver nada, outras que têm apenas percepção de luz, algumas podem perceber claro, escuro e delinear algumas formas. A mínima percepção de luz ou de vulto pode ser muito útil para a orientação no espaço, movimentação e habilidades de independência (BRUNO 2006 Apud DARDES, 2010, p. 2).

Bruno (2006) participa deste debate dizendo que:

as crianças com baixa visão (anteriormente denominadas com visão parcial ou visão subnormal) são as que utilizam seu pequeno potencial visual para explorar o ambiente, conhecer o mundo e aprender a ler e escrever. Essas crianças se diferenciam muito nas suas possibilidades visuais. Embora necessitem aprender a utilizar a visão da melhor forma possível, podem também utilizar os outros sentidos, ao mesmo tempo, para a aprendizagem, aquisição de conceitos e construção do conhecimento. A maior parte dessas crianças já nasce com essa condição em decorrência de doenças congênitas ou hereditárias. Outras crianças podem adquiri-la mais tarde (BRUNO 2006 Apud DARDES, 2010, p. 2).

Desde modo, percebe-se que as crianças/alunos com baixa visão e cegueira necessitam de estímulos exteriores que as ajude a compreender sua realidade bem no que trata do processo de aprendizagem. Assim, Oliveira (2009) apresenta a concepção de Vigotsky sobre essa questão:

Vigotsky cita em seus textos que a mediação da aprendizagem acontece através de dois elementos: os instrumentos, os quais servem de mediação entre o homem e o mundo, ampliando assim as possibilidades de transformação da natureza, estes elementos externos são capazes de provocar mudanças nos objetos e controlar processos da natureza; E os signos, que por sua vez são orientados para o seu próprio sujeito, isto é, dirigem-se ao controle das ações psicológicas, os quais fazem a

intermediação entre o eu e o objeto, ou o eu e o mundo, já que estes servem como auxílio para lembrar algo, escolher, comparar, ou seja, as informações acontecem de forma simbólica. A mediação do ponto de vista do autor, “é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esses elementos”. (OLIVEIRA, 2009, p. 28).

Todavia, Silva e Oliveira (2012) demonstram que a aprendizagem por meio de signos tem sido uma estratégia benéfica, pois por meios deles as crianças/alunos conseguem lembrar o que a imagem representa para si, tornando assim a aprendizagem mais significativa. Nesse sentido Vigotsky (2007) afirma que, “os sistemas de signos reestruturam a totalidade do processo psicológico, tornando a criança capaz de dominar o seu movimento. Ela reconstrói o processo de escolha em bases totalmente novas” (VIGOSTSKY 2007 APUD SILVA E OLIVEIRA 2012, p. 5).

Conforme fizemos menção anteriormente o processo de ensino de aprendizagem das crianças/alunos com baixa visão e cegueira se dá também por meios de estímulos exterior bem como a utilização de objetos que ajudarão o aluno no processo de aprendizagem, conforme demonstram as autoras Silva e Oliveira (2012):

É válido ressaltar que no processo de construção do aprendizado das crianças com baixa visão e cegueira, os professores devem trabalhar com objetos que tenham algum significado para eles, os quais contribuam para que determinadas situações sejam lembradas. Lembrando também que estes sujeitos necessitam de materiais específicos que auxiliem no seu desenvolvimento durante este processo, o qual cabe à escola organizar as formas de oferecer acessibilidade a estes educandos (SILVA & OLIVEIRA 2012, p. 5).

Complemento esse debate Silva & Oliveira (2012) dizem

Para isso, o sujeito com baixa visão pode contar com o auxílio de diversos recursos ópticos e não ópticos, os quais lhes darão subsídio à sua aprendizagem. Esses recursos são de fundamental importância, pois eles ampliam os objetos e imagens, diminuindo assim a fadiga e o esforço visual. Além de um ambiente favorável, onde os sentidos sejam estimulados, pois é necessário introduzir novidades no processo de aprendizagem dos educandos, para que eles sintam-se motivados a realizar coisas novas. E para isso, é necessário que o professor possibilite o conhecimento e o reconhecimento diário do espaço físico e o posicionamento do mobiliário do ambiente escolar. Apresentando ao aluno todos os objetos da escola, os trajetos diários dos estudantes, explorando com eles cada elemento da sala de aula. Caso haja necessidade de mudar qualquer mobiliário de lugar, esta alteração deve ser sempre comunicada, para que o aluno não tenha nenhum acidente (SILVA & OLIVEIRA 2012, p. 5-6).

Percebe-se então que o uso de recursos é imprescindível para o processo de escolarização dessas alunos ajudando-as na sua aprendizagem. Como sabe-se que as crianças/ alunos com deficiência visual têm o tato como veículo de comunicação leitura e entedimento da realidade. Para a, leitura e escrita das pessoas cegas e baixa visão utiliza-se o sistema braile, “O Braille é um sistema universal de códigos que permite a leitura e a escrita das pessoas cegas” (DARDES, 2010, p. 4).

Silva & Oliveira (2012), chamam atenção que, para além do sistema braile é necessário que o professor esteja preparado para a utilizações de outras ferramentas que facilitarão no processo de ensino como “caixas de papelão, embalagens de ovos, radiografias, caixas de chicletes, botões, emborrachados, caixa de fósforos e cartelas de comprimidos”. Assim sendo, “com esses materiais o professor estará apresentando ao aluno com cegueira, diversas maneiras de aprender o Braille” (SILVA & OLIVEIRA 2012, p. 6).

4- ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Os dados colhidos para o desenvolvimento da pesquisa foram apurados por meio de entrevista com o diretor da escola pesquisada e de um questionário aplicado com 4 (quatro) professores da escola Magistério Primário da Marconi n° 3118, localizada na província de Luanda.

A entrevista foi realizada nas dependências da escola com os professores no intuito de obter o parecer deles, sua atuação referente as deficiências visuais em suas turmas (sala de aula), qual o nível de conhecimento em relação ao atendimento de alunos com deficiência visual nas escolas de ensino regular.

Sobre o público que respondeu ao questionário, é formado pelo sexo masculino, ficando a faixa etária, acima dos 28 anos. E todos com curso superior, majoritariamente, tendo formação na área da educação. Sobre o tempo de atuação, há professores que têm entre 5 e 32 anos de trabalho na docência.

Quando perguntados aos participantes sobre a escola tem aluno com Deficiência? sim, quais? ou não? As respostas a essas indagações são as seguintes:

Sim, visual e auditiva. (Professor 1)

Sim, cegueira e auditiva (Professor 2)

Sim, visual e auditiva (Professor 3)

Sim, visual e auditiva (Professor 4)

Com base nessas respostas, podemos analisar que a maioria dos participantes que responderam o questionário sim. As deficiências citada pelos participantes são as visuais e auditiva. Assim sendo, a partir da entrevista com os participantes ficou evidente que a escola tem recebido muitos alunos com deficiência.

Em relação, a pergunta *Você conhece ou sabe do que se trata Deficiência Visual?* Eis as respostas dos entrevistados:

Sim, pessoas que não vê. (Professor 1)

Sim, pessoas que não vê. (Professor 2)

Sim, alguém incapaz de enxergar plenamente. (Professor 3)

Sim são aqueles que não vêm ou cegos. (Professor 4)

Dessa forma, percebemos o nível do entendimento por parte dos entrevistados sobre a deficiência visual conforme explica Silva; Oliveira (2012),

a ausência de conhecimento do professor sobre as deficiências e o não reconhecimento das potencialidades destes estudantes é fator determinante

para compreendermos a necessidade de uma formação continuada para atuação do professor em sala de aula. (SILVA E OLIVEIRA, 2012, p.1)

De acordo com autores ressaltam da importância dos professores sabem sobre a dificuldades de forma a compreender a particulares de cada estudante.

Conhecendo sobre a deficiência visual quando questionados na sua atuação como docente, já se deparou com aluno deficiência visual? Todos responderam positivamente a indagação.

Porém, aos participantes perguntamos como foi a sua atuação? Nessa pergunta apenas 3 (três) participantes responderam dizendo:

“- Tem sido ... foi normal, tenho reduzido a velocidade no ato de ditar a matéria para que estes estejam no mesmo ritmo. Tem sido um desafio entanto. (Professor 3)

Foi positiva. (professor 1)

Ocorreu normal, tive alguns desafios (professor 2)

Ora bem, quando pedimos ao entrevistados que justificasse a sua afirmação explicando sobre a sua atuação em sala de aula, percebemos que as experiências diferem. Por outro lado, a partir das falas dos entrevistados percebemos um grande esforço por partes deles no atendimento/inclusão desses alunos na sala de aula.

Mesmo dominando as dificuldades visuais quando questionados “-Você se sente preparado/a à trabalhar com alunos DV em sala de aula? Eis as respostas dos participantes:

Sim, porque consta do currículo de formação. (Professor 1);

Não. (Professor 2);

Sim, tenho tido a paciência de separar e nalgumas vezes soletrar somente para estes (Professor 3)

Não, tinha que receber uma formação (Professor 4)

Diante do exposto acima, entendemos que a formação continua e de aperfeiçoamento é importante para os professores, Rocha (2017) participa neste debate afirmando que,

a formação continuada é uma possibilidade de construção da nova proposta inclusiva, pois dá aos profissionais a possibilidade de (re)pensar o ato educativo e analisar a prática docente, com o intuito de criarem espaços para reflexão coletiva e atender ao princípio de aceitação das diferenças, valorizando o outro (ROCHA, 2017, p.2).

Diante disso, é perceptível que os docentes precisam cada vez mais de formação e capacitação de modo a lidar com as demandas que vão encontrar em sala de aula. Segundo Silva; Oliveira (2012, p. 7) ressaltam que “[...] não há como mudar as práticas dos professores sem que ao menos estes profissionais tenham consciência de suas razões e benefícios, tanto para os alunos, a escola e para o sistema de ensino, quanto para o seu desenvolvimento profissional”.

Referente à pergunta: Atualmente na sua sala tem aluno com Deficiência Visual? Sim, quantos? ou não? Foi possível evidenciar a maioria dos docentes disseram *sim*, 2 *alunos*.

Em relação a questão você já teve na sua sala aluno com Deficiência visual? A resposta ficou assim, 3 participantes disseram *sim* (professor 1, 2 e 3), enquanto apenas um participante disse *não* (professor 4).

Todavia, a partir das respostas acima podemos observar que cada vez mais o acesso de alunos com deficiência nas escolas. Segundo Sampaio; Batista e Nascimento (2020, p.2) “a formação de pessoas com deficiência visual não é diferente, mas sim uma das mais importantes a respeito de suas especificidades e implicações devido a sua limitação”.

Quando questionamos aos participantes sobre “ - Como você tomou conhecimento sobre a chegada desse aluno? - Como se deu isso?”

Nesta pergunta a resposta ficou dividida 2 dos participantes, ou seja, o professor 1 e 2, responderam que foram informando pela direção da escola, enquanto o professor 3, foi na sala de aula e o professor 4 pela matrícula.

Assim sendo, a chegada de um aluno com deficiência na escola assume um papel de mediação na adequação da criança/aluno no ambiente escolar, de forma a garantir ou oferecer condições favoráveis a todos para a sua aprendizagem.

Quando questionamos aos informantes sobre na escolas as sala possuem condições (estrutura física) para receber alunos com DV?

Todos os participantes respondem que *Não*. Apenas o professor 4 explicou afirmando *fatores de várias ordens*.

Assim sendo, observamos o quanto as escolas não estão preparadas no ponto de vista de estrutura física para receber alunos com deficiência. Conforme fizemos menção anteriormente de acordo com as autoras Silva; Oliveira (2012) é necessário que o ambiente que o aluno está inserido seja propício, que lhe ofereça condições favoráveis para a sua aprendizagem. Entretanto, para se ter uma aprendizagem significativa é preciso que

as escolas precisam mudanças na sua estrutura educacional e pedagógica, e sobre isso as autoras Sampaio; Batista e Nascimento (2020, p.1) afirmam que “o poder público precisa entender que tal mudança se deve não só para a inclusão, mas sim para a melhoria de conceitos e pessoas que passam pelas escolas”. Por outro lado, a escola precisa proporcionar condições de acessibilidade física, como: rampas, banheiros adequados, sinalizações, entre outros.

Quando questionamos aos participantes *A escola que trabalhas possuem recursos pedagógicos específicos para atuar com a inclusão ou atender alunos com Deficiência Visual? Sim ou não? Quais?* Todos responderam negativamente a indagação.

Observando as respostas registradas pelos participantes, percebemos que há falta de tais recursos justifica-se a falta de investimento e uma menor aposta do Ministério, com vista a ultrapassar essa situação. É evidente o pouco nível dos investimentos equipamentos sociais e recursos pedagógicos específicos nas escolas para ao atendimento de alunos com deficiência. As escolas não possuem nem máquina de escrever. Entretanto, diante dessa realidade é necessário que as escolas adotem mecanismo que possam responder as demandas desses alunos conforme explica Neto et al (2008):

A escola contemporânea foi planejada para atender um determinado perfil de aluno, entretanto, hoje, a demanda é outra: temos estudantes bastante diversificados. Tal demanda exige da escola uma reformulação e inovação em todo o seu sistema, com estratégias de ensino que possibilitem atender a todos os indivíduos (NETO et al 2008, p. 82).

Assim sendo, acessibilidade nas escolas é um elemento essencial para que a educação inclusiva se efetive. Segundo as autoras Sampaio; Batista e Nascimento (2020, p. 4) “[...] a escola deve oferecer os serviços adequados para atender às diversidades e peculiaridades de toda a população”. Todavia, é um responsabilidade coletiva para a construção de uma sociedade mais justa capaz de conviver com as diferenças.

Referente à pergunta “-*Você conhece alguma política pública governamental voltada para o atendimento?*” A resposta ficou assim: 2 participantes, disseram *Sim*, enquanto 2 participantes, responderam *Não*. Os participantes que afirmaram *Sim*, não mencionaram quais são as políticas.

O professor 3 disse *Não*, justificando: *Outro motivo*;

O professor 4 disse *Não* justificando “- *Falta de interesse do governo*”.

O conhecimento das políticas públicas governamentais é parcial dos nossos participantes. A educação inclusiva é regida por lei. Foi a partir da Declaração de

Salamacra que funciona como a lei magna que rege os princípios da educação inclusiva baseado na igualdade e oportunidade para as pessoas com deficiência.

Sobre a perguntas: Você acha importante a inclusão dos alunos com DV nas atividades escolas? Todos disseram: *sim*.

Ainda sobre essa questão os participantes justificaram as suas respostas dizendo o seguinte é importante porque:

Afinal faz parte da sociedade em que vivemos. (Professor 1)

Permite ter uma educação que inclua todos; (Professor 2)

A inclusão nas atividades permite que o aluno se sinta parte do grupo e não excluído. A inclusão é de suma importância na interação dos alunos com deficiências, (Professor 3)

Garante equidade e mais humanização do ensino. (Professor 4)

Observando as respostas registradas pelos participantes, percebe-se que a inclusão dos alunos com Deficiência nas atividades permite maior convívio e socialização com os demais alunos. Essa socialização e interação com os outros alunos, pode acarretar uma série de benefícios ao desenvolvimento do aluno. Segundo as autoras Sampaio; Batista e Nascimento (2020, p.7) “a inclusão social ofereça garantias e condições apropriadas ao atendimento desse público especial, oferecendo espaço comum, convivência e respeito na sociedade”.

Na sequência foi questionado aos participantes tu recebes formações pedagógicas para atuar em sala frente à crianças com Deficiência Visual? As respostas ficaram da seguinte forma, 2 participante disseram *Sim*, recebem formações pedagógicas (professor 1 e 2) , enquanto 2 participantes, disseram - *Não*. (professor 3 e 4).

A partir das respostas dos participantes há uma disparidade. Todavia, a formação pedagógica é essencial aos professores para atuação em sala de aula. Para ROPOLI et al. (2010) apud por Sampaio; Batista e Nascimento (2020, p. 5) “os professores devem ter formação específica para este exercício, que atenda aos objetivos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva”. Nesses termos os professores, educadores precisam estar em constante formação de capacitação e aperfeiçoamento para atender as demandas. As autoras ainda acrescentam que “nos cursos de formação continuada, de aperfeiçoamento ou de especialização, indicados para essa formação, os professores atualizarão e ampliarão seus conhecimentos em específico ao atendimento do AEE”.

Entretanto, inclusão dos alunos com deficiência nas escolas de ensino regular é um debate que tem gerado discussões no âmbito social e educacional no cenário

internacional e Angola não foge dessa realidade. Nos últimos tempos tem se verificado cada vez mais o número elevado de alunos com deficiência nas escolas de ensino regular, isso significa que as políticas de acesso têm contribuído para que esses alunos estejam inseridos nesses espaços. Porém, vale realçar que a sua aplicabilidade nas escolas ainda é lenta, ao meu ver há um conjunto de fatores que condicionam. A partir das entrevistas percebemos que tal cenário deve-se por falta de investimentos, falta de recursos pedagógicos adequado que tem estado a condicionar o sucesso do ensino inclusivo nas escolas públicas em Luanda-Angola. Os profissionais da educação afirmam que as políticas pública de ensino especial inclusivo deve passar pela formação mais professores, a criação de mais estruturas, aberturas de mais sala e a aquisição de material adequado para garantir bons resultados.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à educação é um direito de todos universalmente consagrados pelas Nações Unidas. A educação angolana se propõe de um Sistema Educativo de educação para todos que reconhece e valoriza diversidade ou inclusão de pessoas com deficiência, porém elas não têm um cumprimento porque as escolas regulares não estão totalmente equipadas e carecem de serviço de saúde, de recursos pedagógicos específicos e acompanhamento de profissionais para esses alunos, etc.

Todavia, o atendimento de alunos com deficiência visual nas escolas de ensino regular é de fato um realidade nos dias atuais, mas que acarreta consigo lacunas em todos os seus âmbitos. A educação inclusiva ou a inclusão dos alunos com deficiência visual nas escolas de ensino regular em Angola é uma temática que tem gerado várias debates e questionamento por professores, diretor escolar, pesquisadores e especialista na área assim como é preocupação do Estado angolano na efetivação gradativa desta modalidade de ensino. Assim sendo, é uma discussão que deve-se levar em conta os desafios que ela enfrenta.

Entretanto, a inclusão constitui muitos desafios para a escola, para os professores. Escola porque muitas das escolas em Luanda não possui recursos pedagógicos específicos para atuar com a inclusão ou atender alunos com Deficiência Visual. Apesar desse cenário, é tarefa da escola proporcionar aos seus alunos uma educação que promove oportunidades de igualdade, equidade, que acolhe todos com a finalidade da construção de sociedade mais inclusiva, crítica e reflexiva. A escola como espaço social e sócio cultural assume um papel importantíssimo no processo de socialização dos jovens. E para os professores muitos precisam mudar a sua metodologia que nem sempre é assertiva.

Portanto, podemos perceber que atendimento dos alunos com DV nas escolas de ensino regular no contexto educação angolano não é uma temática nova, pois o advento da guerra civil que culminou com números elevados de pessoas, adultos e criança com deficiência. Após essa período o governos angolano viu-se na obrigação de criar escolas especiais e atendimento especializado para as pessoas com deficiências. Ademais, como esse trabalho propor ao Estado angolano em particular ao Ministério da Educação e seus órgãos tutelares possam implementar programas educativos e financiamento nas escolas que garantam o atendimento às particularidades individuais de cada aluno, afim de garantir um aprendizado de qualidade a todos.

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOLA. LEI N.º 13/01, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2001, I SÉRIE - N.º 65. LEI DE BASES DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO. Diário da República, Órgão Oficial da República de Angola, Luanda, 31 Dez, (2001). Disponível em:

https://planipolis.iiep.unesco.org/sites/planipolis/files/ressources/angola_lei_de_educacao.pdf. Acessado em: 13 de Março de 2022, 10:37:34.

ARCANJO, Celina Isabel Andre. **Educação Inclusiva Da Criança Com Deficiência Visual No Município De Libolo, Província De Kwanza Sul – Angola**. Acaarepe-Ceará, 2021.

CANJEQUE, Elias. **A Problemática Da Inclusão Da Criança Com Necessidades Educativas Especiais Em Angola**. O caso de Moçâmedes - Uma reflexão psicossocial. 2018. **Dissertação** (Mestrado) – Faculdade Educação e Psicologia, universidade de Aveiro, Aveiro 2018.]

CHAMBAL, Luís Alfredo; RAFANTE, Heulália Charalo; SELINGARDI, Sérgio Cristóvão. **A Educação Especial Em Angola, Moçambique E Brasil: Marcos Históricos E A Política De Educação Inclusiva Das Agências Multilaterais: Breve Perfil Histórico E Social Dos Países Envolvidos, A Educação Especial Em Angola, Moçambique E Brasil: Marcos Históricos E A Política De Educação Inclusiva Das Agências Multilaterais, Sorocaba- São Paulo, v. 1, n. 2, p.7-23, 25 out. 2015**

DARDES, Mariana de Cássia Mauro de Camargo Moraes. **Deficiente Visual – Uma Educação Inclusiva Ou Exclusiva?**. Revista Pandora Brasil Nº 24 – Novembro de 2010.

<https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoes/Relatos/0197.pdf> Acessado em 16 de julho de 2021, 10:56:30.

KARIMAS, Carmo Elisabete Cordeiro; BUZA, Alfredo Gabriel; MANUEL, Ivanilson de Jesus Domingos. **Integração E Inclusão No Sistema De Educação De Crianças Com Necessidade Educativas Especiais: Estudo De Caso Na Escola Do Ensino Primário Do Município De Belas – Luanda**. 2017.

LUSTOSA, Francisca Geny; LUCIANO, Lucas. **Cenário Atual De Angola Em Face Da Implementação Da Educação Inclusiva**. In: **Xxv Simpósio Brasileiro/Ii**

Congresso Ibero-Americano De Política E Administração Da Educação. Jubileu Da Anpae. São Paulo (SP). Cadernos ANPAE. PUCSP/FACED/PPGE, 2011.

Disponível em:

NETO, Antenor de Oliveira Silva; ÁVILA, Éverton Gonçalves; SALES, Tamara Regina Reis; AMORIM, Simone Silveira; NUNES, Andréa Karla; SANTOS, Vera Maria. **Educação Inclusiva: Uma Escola Para Todos.** In: Revista Educação Especial | v. 31 | n. 60 | p. 81-92 | jan./mar. 2018 Santa Maria Disponível em: Educação inclusiva: uma escola para todos <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X2409>.

NOGUEIRA, Lucilene Rosa Magalhães. **Educação Inclusiva No Brasil E No Paraguai.** Brasil, Porto Alegre: 1ª Edição. 2019.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Vigotsky: **Aprendizado E Desenvolvimento: Um Processo Sócio-Histórico.** São Paulo: Scipione, 2009. (Coleção Pensamento e ação na sala de aula)

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. **O Papel do Professor na Educação Inclusiva.** São Paulo, 2017.

SAMPAIO, Anna Caroline Costa De Almeida et al.. **A inclusão escolar para alunos com deficiência visual.** Anais VII CONEDU - Edição Online... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA10_ID2567_07062020191705.pdf

SILVA, Natalí Sala da; OLIVEIRA, Thereza Cristina Bastos Costa de. **Convivendo Com A Diferença: A Inclusão Escolar De Alunos Com Deficiência Visual.** In: iii sies- Seminário sobre inclusão no ensino superior: o estudante cego e surdocego, 2012, londrina-pr. anais: iii sies- seminário sobre inclusão no ensino superior, 2012.

SILVA, Rosa; SILVA, António Carvalho da. **Um Olhar Sobre A Formação De Professores Em Angola.** In A. C. P. Ferreira (Org.), **II Colóquio Cabo-Verdiano De Educação – CEDU 2015: Políticas E Práxis Da Educação Nas Perspetivas E Em Contextos Pós-Coloniais (Pp. 241-251).** Praia: Edições Uni-Cv.

TCHANTCHALAM, Augusto; DOMINGOS, Januário Ernesto A.; GONÇALVES, Jose Betuel; N´GHALE, Nelson; CÁ, Lourenço Ocuni. **Educação Especial Em Angola, História E Políticas Públicas.** 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/34186>. Acessado em 16 de julho de 2021, 10:50:30.

TCHINGONDUNDU, Isabel. **Educação Especial E Formação Inicial De Professores No Sistema Educativo Angolano: A Visão De Professores/Formadores E De Um Diretor De Uma Escola De Formação**. 2015. **Dissertação** (Mestrado) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, universidade do Porto, Porto, 2015.

ANEXOS

ANEXO A- Roteiro da entrevista com subdiretor da escola

Realizada por meio.....

Questionário: Caracterização do (a) Diretor(a)

I - Perfil do/a Entrevistado/a

Parte 1:

a) Idade: ____anos

b) Sexo: () Masculino () Feminino

c) Raça: () Negra () Branco

d) Tu Reside em Luanda/cacuaco? () Sim () Não. Onde?

Parte 2

a) Tu és formado/a em que? _____

b) Há quanto tempo tu trabalha como diretor (a)? _____ anos

c) Há quanto tempo tu trabalha como diretor (a) nesta escola? _____ anos

d) Tu és professor/a efetivo/a? () Sim () Não

Questionário: Descrição da escola

Qual é o nome da escola?

Onde está localizado a escola?

Quantas salas de aula possui a escola?

Quantos professores a escola possui?

Quantos alunos (as) possui a escola, ou quantas meninas e quantos rapazes?

Como está constituído a direção da escola?

Parte II: Questões específicas

1- A escola tem registado alunos/estudante com algum tipo de deficiência dos últimos 5 anos? Se a resposta for sim, quantas? E quais?

2- Quais os encaminhamento que a escola faz quando chega uma aluno com deficiência?

3- A escola faz adaptação curricular quando chega um aluno com alguma deficiência?

4- Quantos alunos foram com deficiência foram matriculados nesta escola durante o período 2015 até 2023?

4.1 E durante esse período a escola registrou quantos alunos com deficiência visual?

() Sim Quantos?

() Não

ANEXO B- Roteiro das entrevista com os professores

I - Perfil do/a Entrevistado/a

Parte 1:

a) Idade: ____anos

b) Sexo: () Masculino () Feminino

c) Raça: () Negra () Branco

d) Tu resides em Luanda? () Sim () Não. Onde?

Parte 2

a) Tu és formado/a em que?

b) Há quanto tempo tu trabalhas como docente? _____ anos

c) Há quanto tempo tu trabalhas como docente nesta escola? _____ anos

d) Tu és professor/a efetivo/a? () Sim () Não

Parte II: Questões específicas

Segundo¹⁰ Convenção Internacional dos Direitos do PCD define “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”.

Tendo por referência o conceito de Deficiência da CIDPCD (2007), responda as questões abaixo:

¹⁰ Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192

1- Na sua escola tem alguma criança/aluno com Deficiência?

Sim (). Qual as deficiências?

Não ()

2- Tu conhece ou sabe do que se trata Deficiência Visual?

Sim (). Explique

Não (). Explique

3- Na sua atuação como docente, já se deparou com um aluno deficiência visual?

Sim ()

Não ()

- Se a resposta for sim, como foi sua atuação? R:

4- Tu se sente preparado/a trabalhar com alunos deficiência visual em sala de aula?

Sim (). Explique

Não (). Explique

5- Atualmente na sua sala tem aluno com Deficiência Visual?

Sim (). Quantos?

Não ()

6- Você já teve na sua sala com Deficiência Visual?

Sim () Quantos?

Não ()

- Se você acima marcou sim, explique como você desenvolveu o processo de ensino?

7- Como você tomou conhecimento sobre a chegada desse aluno com Deficiência Visual?

Não foi informado ()

Foi informado a partir da matrícula ()

Foi informado pela família do estudante ()

Foi informado pela direção da escola ()

Teve conhecimento desse aluno apenas quando se deparou com o mesmo na sala de aula ()

8- Na escola onde atua como docente, as salas de possuem condições (estrutura física) para receber aluno/criança com Deficiência Visual?

Sim () Quais condições?

Não () Explique

9- A escola que você trabalha possui recursos pedagógicos específicos para atuar com a inclusão ou atender criança/alunos com Deficiência Visual?

Sim (). Quais materiais?

Não ()

- Se você marcou acima a opção NÃO, na sua opinião o que escola deveria fazer sobre o atendimento com crianças com Deficiência Visual?

10- Você conhece alguma política pública governamental voltada para o atendimento com alunos com Deficiência?

SIM (). Qual?

NÃO ()

Se você marcou acima a opção NÃO, quais são as justificativas para a ausência de política pública governamental voltada para o atendimento com alunos com Deficiência?

Há falta de recurso financeiros ()

Falta de interesse do governo ()

Falta de recursos humanos (pessoal) ()

Falta de estrutura física ()

Outro ()

11- Você acha que é importante a inclusão de alunos ou crianças com Deficiência Visual nas atividades da escola?

Sim (). Porque?

Não (). Por que?

12- Você recebe ou já recebeu formações pedagógicas para atuar em sala com crianças com Deficiência Visual?

Sim () Quando?

Não ()

APÊNDICES-REQUERIMENTO PARA A ESCOLA



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB**

Requerimento

À

Sua Excelência

Director Geral da Escola do

Magistério Primário da Marconi nº 3118.

Ceará- Brasil

Luís Valdo Manuel André, filho de João Manuel Npemba e Isabel João Ermelinda, portador(a) do B.I nº 005184462ZE043, natural de Quelo-Soyo, nascido aos 28/02/1996. Atualmente resido do Brasil, estado do Ceará-Redenção. Sou estudante do curso de Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB.

Em função da nossa pesquisa com o título é o atendimento dos alunos com deficiência visual nas escolas de ensino regular na província de Luanda, necessitamos da sua autorização para a pesquisa (aplicação de questionários e levantamento de dados, bem Como a caracterização da escola) para reunirmos dados para a Conclusão da nossa Monografia. O questionário será aplicado através de um formulário.

Vem mui respeitosamente requerer à Sua Excelência Director Geral que se digne autorizar a referida pesquisa pelo que,

Espera deferimento.

O requerente:

LUÍS VALDO MANUEL ANDRÉ

Ceará, aos 13 de Outubro de 2023

APÊNDICES-A

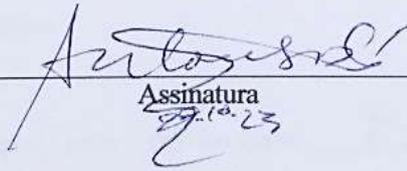
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-DIRETOR

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador (a) responsável o(a) aluno(a) de graduação Luís Valdo Manuel André do curso de Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, sob orientação da prof.^a Dr.^a Geranilde Costa e Silva. O pesquisador pode ser contactado pelo e-mail luizinholv546@gmail.com e pelo telefone (85)992962206.

Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com professores, visando, por parte do(a) referido(a) a realização de um trabalho de conclusão de curso intitulado “o atendimento dos alunos com deficiência visual nas escolas de ensino regular na província de Luanda (Angola.)”. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será respondida a partir de minhas experiências na área. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos poderão ser divulgados, com prévia autorização e friso que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Eu, SODRÉ, portador(a) do documento de identidade BE 23 anos, fui informado(a) dos objetivos desta entrevista de maneira clara e declaro que concordo participar.

Luanda, 90 de COCT. de 2023


Assinatura
29.10.23

APÊNDICES-B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-PROFESSORES

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador (a) responsável o(a) aluno(a) de graduação Luís Valdo Manuel André do curso de Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, sob orientação da prof.ª Dr.ª Geranilde Costa e Silva. O pesquisador pode ser contactado pelo e-mail luizinho1546@gmail.com e pelo telefone (85)992962206.

Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com professores, visando, por parte do(a) referido(a) a realização de um trabalho de conclusão de curso intitulado "o atendimento dos alunos com deficiência visual nas escolas de ensino regular na província de Luanda (Angola.)". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será respondida a partir de minhas experiências na área. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos poderão ser divulgados, com prévia autorização e friso que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Eu, Peter, portador(a) do documento de identidade 49 anos, fui informado(a) dos objetivos desta entrevista de maneira clara e declaro que concordo participar.

Luanda, 20 de Outubro de 2023

Peter João Manuel Soares
Assinatura

APÊNDICES-C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-PROFESSORES

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador (a) responsável o(a) aluno(a) de graduação Luis Valdo Manuel André do curso de Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, sob orientação da prof.ª Dr.ª Geranilde Costa e Silva. O pesquisador pode ser contatado pelo e-mail luizinhov546@gmail.com e pelo telefone (85)992962206.

Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com professores, visando, por parte do(a) referido(a) a realização de um trabalho de conclusão de curso intitulado "o atendimento dos alunos com deficiência visual nas escolas de ensino regular na província de Luanda (Angola.)". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será respondida a partir de minhas experiências na área. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos poderão ser divulgados, com prévia autorização e friso que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Eu, _____, portador(a) do documento de identidade _____, anos, fui informado(a) dos objetivos desta entrevista de maneira clara e declaro que concordo participar.

Luanda, 23 de 10 de 2023

Assinatura

